

# General não quer fiscalizar poluição

**BELÉM** — Se depender do comandante da 8ª Região Militar, general Wladimir de Azevedo, a fiscalização do uso de mercúrio nas frentes garimpeiras da Amazônia e as campanhas de preservação da natureza que começam a ganhar corpo no país não terão a participação do Exército. Ele disse que estas não são funções básicas das Forças Armadas e espera que o governo não as convoque para estes trabalhos.

A posição do general desanimou os órgãos oficiais envolvidos com os programas de preservação ambiental e com o controle do uso de mercúrio nos garimpos, que pensavam recorrer ao Exército para aumentar a eficácia de suas ações. O secretário de Saúde Pública do Pará, Erundino Moreira, disse numa reunião destinada a definir estratégias de fiscalização, que o controle nas frentes garimpeiras é quase impossível porque implica na mobilização de um grande número de pessoas e passa pela formação de uma nova mentalidade entre os garimpeiros.

Ele afirmou que mais de 80% do mercúrio utilizado nos garimpos são introduzidos por contrabandistas de ouro, sem o conhecimento das autoridades locais. Só com a participação da Polícia Federal, coibindo o contrabando de ouro, a prática poderia ser melhor controlada.

Para o presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia, o médico Camillo Vianna, a questão ecológica está diretamente relacionada com o nível de corrupção a que o país chegou. Ele não acredita que o decreto presidencial publicado na terça-feira passada no Diário Oficial da União, proibindo o uso de mercúrio nos garimpos, tenha algum resultado prático. "É igual à obrigatoriedade do uso do cinto de segurança: todo mundo sabe que sem o cinto corre risco de vida, mas ninguém cumpre a legislação e nem o governo fiscaliza com o devido rigor".

De acordo com o secretário de Saúde, existem mais de 500 garimpos no Pará e um número impreciso de garimpeiros. "Eles

passam de um estado para o outro e é difícil saber quantos atuam em determinada área". O preservacionista Camillo Vianna disse que a melhor maneira de evitar o uso abusivo do mercúrio, que contamina homens, animais, plantas e mananciais, é criar uma nova consciência ecológica na região. Ele fez um apelo aos países produtores da substância, através de uma rede suíça de televisão, para que evitem exportar o produto para o Brasil sem a garantia de que vai ser utilizado exclusivamente na indústria farmacêutica.

Preveno um desastre ecológico na Amazônia nas mesmas proporções do ocorrido na Baía de Minamata, Japão, nos anos 60, o diretor do 5º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Idimilson Mesquita, disse que a proibição pura e simples pode provocar uma rebelião entre os garimpeiros, com conseqüências imprevisíveis, caso o governo tenha condições de controlar a comercialização do produto.

Há muito, Mesquita vem denunciando o uso indiscriminado de mercúrio, principalmente nos garimpos de Serra Pelada e do Rio Tocantins. Ele disse que uma das conseqüências inevitáveis dessa prática será, em pouco tempo, o nascimento de criança deformada física e mentalmente. Mas acredita que a proibição requer o oferecimento de uma tecnologia alternativa e barata aos garimpeiros.

A província mineral do Rio Tapajós, criada em 1950, tem oficialmente 60 mil quilômetros quadrados. Na prática, entantão, alcança dez vezes essa dimensão, concentrando cerca de 150 mil homens em 350 frentes, todos envolvidos com o uso do mercúrio para separar o ouro das impurezas.

Mesquita afirmou que em Serra Pelada, onde os garimpeiros afirmam existir ainda cerca de 600 toneladas de ouro, apesar da produção atual não ultrapassar os 10 quilos/mês, já foram despejadas na natureza mais de 14 toneladas do mercúrio em oito anos de atividade.